

GABARITO PROVAS SELEÇÃO ESTAGIÁRIOS

CONSTITUCIONAL

1 - Ana Maria, cidadã brasileira comprometida com a boa administração, descobre que determinada obra pública em sua cidade foi realizada em desacordo com as normas que regem as licitações públicas, com vistas a beneficiar um particular amigo do prefeito. De posse de cópias do processo administrativo que comprovam a situação, pretende ingressar com medida judicial para a proteção do patrimônio público.

Para combater tal situação, Ana Maria deverá:

- a) ingressar com ação civil pública, que é o meio apto a sanar a lesividade ao patrimônio público.
- b) propor ação penal privada subsidiária da pública para condenar o prefeito e o particular beneficiado e reparar os prejuízos causados aos cofres públicos.
- c) impetrar mandado de segurança coletivo para amparar direito líquido e certo seu e de todos os cidadãos aos princípios da legalidade e moralidade.
- d) ingressar com ação popular apta a proteger o patrimônio público indevidamente lesado.

Letra d

2 - Daniela, estudante universitária, teve negado pela secretaria da sua faculdade o acesso ao seu histórico escolar, sob a justificativa de "procedimento interno". Inconformada, ela deseja obter acesso às informações que dizem respeito à sua própria pessoa.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Daniela deve impetrar mandado de segurança, por se tratar de direito líquido e certo.
- b) Daniela deve ajuizar *habeas corpus*, pois há violação à sua liberdade de informação.
- c) Daniela deve impetrar *habeas data*, por se tratar de acesso a informações pessoais constantes de banco de dados.
- d) Daniela deve ajuizar ação popular, para proteger direito individual violado por entidade privada.

Letra c

3 - Segundo a Constituição Federal, são considerados órgãos do Poder Judiciário:

- a) Tribunais de Contas.
- b) Tribunais Militares.
- c) Tribunais de Justiça Desportiva.
- d) Tribunais de Exceção.

Letra b

4 - À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta acerca da competência da Justiça Federal:

- a) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, suas autarquias e empresas públicas federais forem interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, incluindo as ações de falência.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada no Brasil.
- c) Compete à Justiça Federal processar e julgar causas relativas a acidente de trabalho, quando houver interesse da União ou de suas autarquias.
- d) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato

da União com Estado estrangeiro, desde que o valor da causa supere 60 salários mínimos.

Letra b

ADMINISTRATIVO

5 - A esse respeito dos princípios, avalie as afirmativas a seguir.

I. A Administração Pública só pode agir dentro dos limites estabelecidos pela lei.

II. Os atos administrativos devem ser realizados com transparência, garantindo o acesso público às informações.

III. A atuação dos agentes públicos deve visar ao interesse coletivo, sem o favorecimento de indivíduos ou grupos específicos.

IV. Os agentes públicos devem agir com ética, probidade e lealdade em relação ao interesse público.

Essas afirmativas referem-se, respectivamente, aos seguintes princípios:

a) legalidade / impessoalidade / eficiência / publicidade.

b) impessoalidade / eficiência / publicidade / moralidade.

c) legalidade / publicidade / impessoalidade / moralidade.

d) publicidade / legalidade / impessoalidade / moralidade.

Letra C 6 - Assinale a alternativa incorreta.

Conforme art. 2º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, a disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

a) o respeito à privacidade;

b) o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

c) a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

d) a transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

Letra d

7 - Durante fiscalização de rotina, um agente da Administração Pública interditou um estabelecimento comercial que funcionava sem alvará, determinando o fechamento imediato até a regularização da situação.

Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta:

a) O agente atuou com base no poder hierárquico, que permite a organização interna da Administração Pública.

b) O agente atuou com base no poder disciplinar, aplicável a particulares em geral.

c) O agente atuou com base no poder de polícia, que permite restringir direitos individuais em benefício do interesse público.

d) O agente atuou com base no poder regulamentar, que permite editar normas gerais e abstratas.

Letra c

8 - Quanto às pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta, assinale a

afirmativa correta.

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas por lei.
- c) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas para o exercício de atividades típicas do Estado.

Letra a

CIVIL

9 - Acerca do que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a opção correta.

- a) O direito adquirido é aquele que foi definitivamente incorporado ao patrimônio de seu titular, seja por se ter realizado o termo preestabelecido, seja por se ter implementado a condição necessária.
- b) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga a lei anterior, ainda que não o declare expressamente.
- c) A analogia e a interpretação extensiva são institutos jurídicos idênticos.
- d) Em qualquer situação, é possível a utilização dos costumes *contra legem* como instrumento de integração do ordenamento jurídico.

Letra a

10 - Carlos celebrou um contrato com Ana, mas, após o descumprimento da obrigação, deixou de tomar qualquer providência judicial por vários anos. Quando finalmente resolveu ajuizar a ação para cobrar o valor devido, o juiz reconheceu a perda da pretensão em razão do decurso do tempo.

Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de decadência, pois houve perda do direito material pelo decurso do tempo.
- b) Trata-se de prescrição, pois houve perda da pretensão de exigir judicialmente o direito.
- c) Trata-se de decadência, pois sempre se aplica aos contratos.
- d) Trata-se de prescrição, pois houve perda automática do direito material.

Letra b

11 - À luz do Código Civil, especialmente após as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta acerca da capacidade civil:

- a) São absolutamente incapazes os menores de 16 anos, os ébrios habituais e os pródigos.
- b) São relativamente incapazes os maiores de 16 e menores de 18 anos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, e os que, por causa transitória ou permanente, ou deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- c) A pessoa com deficiência é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil, devendo ser representada por curador.
- d) São absolutamente incapazes apenas os menores de 16 anos.

Letra d

12 - Mário vendeu um cavalo ao Haras Esperança e deveria entregá-lo no dia 10, mas atrasou.

No dia 15, antes da entrega, o animal morreu atingido por um raio.

Diante disso, quem deve arcar com o prejuízo?

- a) Mário, por se tratar de risco da atividade.
- b) Mário, pois o evento ocorreu quando ele já estava em mora.
- c) Haras Esperança, pois o fato era inevitável.
- d) Haras Esperança, pois se trata de força maior.

Letra b

PROCESSO CIVIL

13 - Analise a situação jurídica a seguir.

Durante o trâmite de uma ação ordinária movida por uma sociedade empresária fornecedora de peças automotivas em face de uma concessionária de veículos, o juiz competente determinou, sem qualquer intimação prévia da parte ré, o encerramento da fase instrutória, indeferindo a oitiva de testemunha essencial para a tese defensiva, sob o fundamento genérico de "suficiência probatória nos autos". O patrono da ré, ao tomar ciência da decisão por meio do Diário Oficial, alegou nulidade por cerceamento de defesa, pois não foi oportunizada à parte a devida manifestação sobre a produção da prova.

Considerando a legislação e a doutrina aplicáveis, restou violado na situação descrita o princípio da(o):

- a) eficiência.
- b) legalidade estrita.
- c) contraditório.
- d) imparcialidade.

Letra c

14-0 fornecimento de energia elétrica à residência de Bruno foi interrompido em 2 de janeiro de 2018, porque, segundo a concessionária de serviço público, haveria um “gato” no local, ou seja, o medidor de energia teria sido indevidamente adulterado. Indignado, Bruno, representado por um(a) advogado(a), propôs, aproximadamente um mês depois, demanda em face da fornecedora e pediu o restabelecimento do serviço, pois o medidor estaria hígido. A fim de provar os fatos alegados, o autor requereu a produção de prova pericial.

Citado poucos meses depois da propositura da demanda, a ré defendeu a correção de sua conduta, ratificou a existência de irregularidade no medidor de energia e, tal qual o autor, requereu a produção de perícia.

Em dezembro de 2018, após arbitrar o valor dos honorários periciais e antes da realização da perícia, o juiz atribuiu apenas ao autor, que efetivamente foi intimado para tanto, o pagamento de tal verba.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A decisão judicial está correta, uma vez que, se ambas as partes requererem a produção de perícia, apenas o autor deve adiantar o pagamento.
- b) O juiz decidiu de modo incorreto, pois se ambas as partes requererem a produção de perícia, autor e réu devem adiantar os honorários periciais.
- c) A decisão está equivocada, na medida em que os honorários periciais são pagos apenas ao final do processo.
- d) A decisão está correta, pois o magistrado tinha a faculdade de atribuir a apenas uma das partes o pagamento do montante.

Letra h

15 - Dr. Elias, advogado, entra em contato com o colega da parte contrária para, em conjunto, organizar o andamento do processo.

Considerando o Código de Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) As partes podem, de comum acordo, delimitar quais questões de fato e de direito serão discutidas no processo.
- b) As partes não podem convencionar sobre o ônus da prova, por se tratar de matéria de ordem pública.
- c) As partes podem afastar totalmente o contraditório, se isso tornar o processo mais rápido.
- d) As partes podem dispensar a audiência de instrução mesmo quando houver necessidade de produção de prova oral.

Letra a

16 - À luz do Código de Processo Civil, acerca dos requisitos da petição inicial, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de indicação do valor da causa constitui vício insanável, impondo o imediato indeferimento da petição inicial.
- b) A petição inicial deve conter a indicação do juízo a que é dirigida, os fatos e fundamentos jurídicos do pedido, bem como o pedido com suas especificações.
- c) A falta de indicação do CPF ou CNPJ das partes impede o processamento da ação, sendo vedada a determinação de emenda da inicial.
- d) A ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação não autoriza o indeferimento da petição inicial, devendo o processo prosseguir com a produção probatória.

Letra b

PREVIDENCIÁRIO

17 - A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu Art. 194, que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Avalie, com base nesse artigo constitucional, se compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, entre outros, nos seguintes objetivos:

- I. universalidade da cobertura e do atendimento;
- II. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- III. diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter assistencialista da previdência social.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.

Letra a

18 - Creide, empregada doméstica desde julho de 1990, no deslocamento para seu local de trabalho, sofreu um acidente em virtude de uma queda na saída do ônibus.

Creide não sabe se deve procurar o sistema previdenciário desde já e se tem direito a algum benefício. Por isso, procurou você, como advogado(a).

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) O direito ao benefício não é reconhecido, pois os empregados domésticos não são cobertos pela Previdência Social brasileira.
- b) Sobre o afastamento do trabalho, sendo superior a 15 dias consecutivos, haverá direito ao

benefício previdenciário no caso de existência de incapacidade temporária.

- c) O benefício previdenciário deve ser requerido de imediato pelo sítio eletrônico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou por central telefônica.
- d) Sobre o afastamento do trabalho, se a incapacidade for inferior a 30 dias de afastamento, não haverá qualquer direito subjetivo a benefício previdenciário.

Letra b

19 - João, segurado do Regime Geral de Previdência Social, faleceu em 2024. Ele era casado com Maria há 10 anos e possuía um filho de 12 anos. Na data do óbito, João mantinha a qualidade de segurado.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o filho menor de idade terá direito à pensão por morte.
- b) Maria não terá direito ao benefício, pois precisa comprovar dependência econômica.
- c) Maria e o filho são dependentes e terão direito à pensão por morte.
- d) O benefício será devido somente se João já estivesse aposentado.

Letra c

20 - Sobre os benefícios previstos na Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei nº 8.213/1991, assinale a alternativa correta:

- a) Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.
- b) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei. ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por menos de 15 (quinze) dias consecutivos.
- c) O auxílio-reclusão, após o início de vigência da Lei 13.846/2019, será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço, não estando sujeito ao cumprimento de carência.
- d) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data em que o INSS tiver ciência do retorno à atividade e da recuperação da capacidade laborativa.

Letra a

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAVRAS
14.05.2026